

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS NA FAVELA VALE ENCATADO NO RIO DE JANEIRO, RJ: INOVAÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA

Marcelo Monroy Bentes¹

RESUMO

Na favela Vale Encantado, localizada no Alto da Boa Vista, município do Rio de Janeiro, RJ, experiências com tratamento de esgoto a partir de biossistema de saneamento, e projetos de turismo de base comunitária, são exemplos contundentes da potencialidade da inovação social no que diz respeito à legitimação das favelas e de seus moradores como integrantes da sociedade como um todo. Acreditamos na potencialidade da Inovação social como fator propulsor de transformações na produção do espaço, de um outro devir, posto que a inovação social consiste na ruptura na maneira de fazer, um elemento inovador em um contexto dado. Ela pode representar uma descontinuidade com relação às soluções, habitualmente oferecidas e postas em prática, tanto pelo Estado, quanto pela iniciativa privada. O argumento atual para a práticas de remoção de favelas no Alto da Boa Vista, está pautado na alegação do risco que essas comunidades oferecem ao meio ambiente, tanto pelo desflorestamento, quanto pela poluição de rios. Nesse sentido, partimos da hipótese que a inovação social emancipatória, pode contribuir na busca por soluções para a conservação ambiental, pela eliminação do risco de remoção dessa comunidade e pela integração de seus moradores no que diz respeito ao direito à cidade.

Palavras-chave: Inovação Social, Vale Encantado, Direito à Cidade.

ABSTRACT

In the Vale Encantado favela, located in Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro, experiences with sewage treatment through biosanitation systems and community-based tourism projects stand out as strong examples of the potential of social innovation in legitimizing favelas and their residents as integral members of society. We believe in the transformative potential of social innovation as a driving force for changes in the production of space — a path toward a different becoming — since social innovation represents a rupture in the usual ways of doing things, introducing a new element within a given context. It may signify a discontinuity from the solutions typically offered and implemented by both the State and private initiatives. The current justification for favela removal practices in Alto da Boa Vista is based on the alleged environmental risks these communities pose, such as deforestation and river pollution. In this sense, we start from the hypothesis that emancipatory social innovation can contribute to finding solutions for environmental conservation, eliminating the risk of removal of this community, and promoting the integration of its residents in relation to the right to the city.

Keywords: Social Innovation, Vale Encantado, Right to the City.

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, monroyabv@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Localizada no Alto da Boa Vista, no município do Rio de Janeiro, a favela Vale Encantado encontra-se encravada no topo do Maciço da Tijuca, em estreita vizinhança com o Parque Nacional da Tijuca (PNT), unidade de conservação criada para proteger remanescentes da Mata Atlântica e garantir o abastecimento hídrico da cidade. A origem do nome atual remonta a um projeto imobiliário interrompido na década de 1960, cuja área acabou cedendo lugar a uma ocupação socialmente heterogênea, onde convivem, lado a lado, moradores da favela, núcleos menores de ocupação, condomínios de alto padrão e residências de classe média. Essa proximidade espacial entre formas urbanas tão antagônicas evidencia as contradições socioespaciais e o papel do território na reprodução das desigualdades.

A ocupação do Vale Encantado remonta ao século XVIII, vinculada à expansão da cafeicultura no maciço da Tijuca, atividade orientada por práticas rudimentares que esgotavam rapidamente os solos cultivados. Após o declínio da produção cafeeira e o reflorestamento da Floresta da Tijuca, ordenado por Dom Pedro II em 1861, os moradores passaram a cultivar flores e alimentos de subsistência, abastecendo mercados da cidade por meio dos bondes. Camélias, azaleias, morangos e agrião sustentavam cerca de trinta famílias na localidade.

Com a pavimentação da Estrada das Furnas, que faz a ligação entre os bairros do Alto da Boa Vista e Barra da Tijuca, na segunda metade do século XX, a área passou por intensa valorização imobiliária, o que resultou na construção de muitas residências de alto padrão. No Vale Encantado, este aquecimento do mercado imobiliário originou a construção de dois condomínios e um clube, construídos no terreno originalmente destinado ao lazer do empreendimento inacabado que deu nome ao lugar. Os condomínios estão presentes até os dias atuais e o clube foi transformado em um espaço para realização de eventos.

Nos anos 1950, aproveitando a experiência com cantearia de imigrantes portugueses que habitavam o Vale Encantado, mineradoras instaram-se para explorar o granito preto, ou granito Tijuca (tonalito), abundante na área. Antigos moradores da localidade já realizavam trabalhos de construção civil com o granito, e extraíam o material de forma artesanal utilizando picaretas, macetas, alavancas e talhadeiras. Atualmente ainda existem na localidade resquícios dessa atividade primitiva, como a Capela Santo Cristo dos Milagres, diversos muros e algumas casas de pedra construídos com o tonalito.

A mineração impulsionou o crescimento populacional a partir da implantação de uma vila operária, que permitia a proximidade da força de trabalho, o que pode ser entendida como gênese do processo de favelização na localidade. Segundo dados do Sistema de Assentamentos

de Baixa Renda (SABREN)² a favela conta atualmente com 84 moradores, distribuídos em 35 residências.

Durante a década de 1990, às vésperas da ECO-92³, a atividade mineradora foi interrompida por seu caráter predatório, enquanto outras pedreiras, situadas longe dos holofotes internacionais, seguiram ativas. Trabalhadores eram, em sua maioria, informais, atraídos de cidades do interior do estado com promessas de emprego e moradia. Segundo relatos de moradores locais, a mineradora lucrava significativamente, pagando salários em moeda nacional enquanto exportava granito a preços elevados.

Com o declínio da floricultura, devido à concorrência da Região Serrana, e o fechamento das pedreiras, a comunidade enfrentou um período de decadência e estagnação econômica, muitos deixaram o local, e os que permaneceram voltaram à agricultura de subsistência. Atualmente, segundo informações da Associação de Moradores do Vale Encantado (AMVE), a favela abriga cerca de 100 moradores, em um cenário que mistura moradias precárias, galinheiros, hortas e pomares, compondo uma paisagem que ainda preserva características rurais. Muitos moradores exercem atividades que demandam pouca especialização, trabalhando nas residências das famílias mais abastadas que habitam as cercanias.

Apesar das garantias constitucionais contra remoções⁴, o interesse capitalista por terras valorizadas mobiliza novos instrumentos para expulsar os moradores das favelas, justificando a remoção de comunidades a partir do potencial risco ambiental que as favelas oferecem ao meio ambiente. Nesse sentido, a urbanização do entorno e a valorização do solo intensificaram os processos de segregação, culminando em pressões pela remoção da favela. Em 2006, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou ação civil pública visando à retirada de comunidades do Alto da Boa Vista sob justificativas ambientais, enquanto construções de alto

² O Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN) é um hub que reúne e disponibiliza informações sobre os assentamentos de baixa renda da Cidade do Rio de Janeiro. Ele é coordenado e mantido pela Coordenadoria Técnica de Informações da Cidade (CTIC), do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PMRJ). <https://sabren-pcrj.hub.arcgis.com/>

³ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Eco-92, foi realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992. Reuniu lideranças de mais de 170 países com o objetivo de discutir o desenvolvimento sustentável e propor soluções globais para problemas ambientais. Entre os principais resultados da conferência estão a Agenda 21, a Convenção sobre a Biodiversidade e a Convenção sobre Mudança do Clima.

⁴ As garantias constitucionais contra remoções forçadas de favelas no Brasil se baseiam em diversos dispositivos da Constituição Federal de 1988, que asseguram o direito à moradia, à dignidade da pessoa humana, e à função social da propriedade, além de reconhecer os direitos de posse e permanência em áreas urbanas ocupadas.

padrão, por vezes irregulares, não sofreram os mesmos questionamentos, revelando o uso seletivo do discurso ambientalista como instrumento de espoliação territorial.

Diante da ameaça de remoção e com o objetivo de refutar o rótulo de degradadores ambientais, os moradores da favela se organizaram por meio da AMVE (Associação de Moradores do Vale Encantado), articulando projetos de turismo de base comunitária, tratamento ecológico de esgoto e o uso de biodigestores para produção de gás natural.

Assim, como problemática de pesquisa questionamos em que medida iniciativas de inovação social podem transformar a realidade de uma favela, garantir a permanência no local e contribuir para a integração de seus moradores no que diz respeito ao direito à cidade?

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a potencialidade das iniciativas inovações sociais desenvolvidas na favela Vale Encantado como formas de resistência territorial e afirmação do direito à cidade, compreendendo-as como práticas contra hegemônicas que rompem com a lógica instrumental da produção capitalista do espaço.

O trabalho dialoga com a perspectiva teórica de Henri Lefebvre, em especial com os conceitos de produção do espaço (1994), direito à cidade (2001) e transdução (2019). Parte-se da hipótese de que a favela, frequentemente estigmatizada como problema, pode ser também compreendida como solução para desafios urbanos, desde que se reconheça sua legitimidade e sua capacidade de produzir alternativas. A inovação social, nesse contexto, não é apenas uma solução técnica, mas um processo político que reorganiza relações de poder e amplia possibilidades de um outro devir para a favela.

Nesse sentido, partimos da hipótese que iniciativas de inovação social, orientadas por um projeto político emancipatório, podem contribuir na busca por soluções para a conservação ambiental e pela eliminação do risco de remoção dessas comunidades a partir de mudanças no processo de produção do espaço. No Alto da Boa Vista, experiências com tratamento de esgoto, geração de energias renováveis, e projetos de turismo de base comunitária, com vistas à conscientização para a questão ambiental, são exemplos contundentes da potencialidade da inovação social no que diz respeito à legitimação das favelas, e de seus moradores no que diz respeito ao direito à cidade.

METODOLOGIA

Este trabalho integra uma pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito de uma tese de doutorado em Geografia, cujo foco é a análise de práticas de inovação social em territórios

periféricos, com ênfase na favela Vale Encantado, no município do Rio de Janeiro. As iniciativas de inovação social analisadas, são aqui compreendidas como um conjunto de práticas coletivas, baseadas em formas colaborativas de organização, que buscam responder a desafios sociais complexos por meio de soluções inovadoras, sustentáveis e emancipatórias.

Nesse sentido, abordaremos a inovação em sua concepção social, com foco na transformação de contextos marcados por vulnerabilidade social, exclusão e ausência de políticas públicas efetivas. Frank Moulaert et al. (2013) aborda a inovação social como um processo coletivo e colaborativo, orientado à criação de soluções para problemas concretos não resolvidos pelo mercado ou pelo Estado. Nessa perspectiva, a inovação está diretamente ligada à reorganização das relações de poder, ao empoderamento de grupos sociais marginalizados e à experimentação de novos arranjos institucionais e territoriais. Hillier et al. (2009) e Oosterlynck et al. (2013) ampliam esse entendimento ao articular inovação social com planejamento urbano, desenvolvimento territorial e justiça espacial.

Ao contrário das inovações técnico-empresariais voltadas ao mercado, a inovação social emerge de iniciativas comunitárias, muitas vezes em contextos de escassez de recursos e ausência do Estado, e reconfigura relações de poder e produção do espaço.

Ademais, a metodologia adotada possui caráter qualitativo e quantitativo, com abordagem exploratória e descritiva, com base em trabalho de campo realizado na comunidade do Vale Encantado em janeiro de 2025. Nesse sentido, está composta na análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com moradores e lideranças comunitárias. Foram realizadas visitas com observação participante nas atividades de turismo de base comunitária, manejo ambiental e nos sistemas de saneamento alternativo, especialmente o uso de biodigestores e biossistema.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como medida de reação à ameaça de remoção e de garantir o registro da história local, a comunidade favelada organizou a AMVE, em busca de legitimidade e novas soluções para a favela. Os moradores também se organizaram uma cooperativa que tem como missão o desenvolvimento da comunidade através de práticas sustentáveis e do turismo de base comunitária, atividades pautadas em ações colaborativas baseadas na inovação social. Esta estratégia, além de representar um novo horizonte para a comunidade da favela do Vale Encantado, procura preservar, difundir e valorizar os costumes e o modo de vida no lugar.



As iniciativas desenvolvidas na favela Vale Encantado envolvem a participação ativa da comunidade local na gestão dos projetos que envolvem: passeios por trilhas, observação de pássaros, degustação de pratos típicos, dicas plantio de árvores frutíferas e temperos para elaboração de hortas caseiras, venda de artesanato etc. Nesse sentido, o programa enfatiza a preservação e promoção da identidade cultural local frente à homogeneização cultural imposta por influências externas. A interação entre visitantes e membros da comunidade representa uma oportunidade para compartilhamento das narrativas culturais, promovendo um entendimento mútuo. Isso cria um ambiente onde as tradições culturais são respeitadas e apreciadas, contribuindo para a sua preservação.

O ecoturismo de base comunitária, desenvolvido na favela Vale Encantado, oferece uma abordagem sustentável que valoriza e preserva a cultura local, enquanto proporciona benefícios econômicos. Ademais, o projeto enfatiza a importância da conservação ambiental e do patrimônio cultural. Ao destacar a relação intrínseca entre a cultura local e o ambiente natural, promove uma abordagem holística que valoriza tanto a biodiversidade quanto a diversidade cultural. Isso contrasta com práticas que visam apenas a exploração de recursos sem considerar os impactos culturais e ambientais.

É justamente durante as caminhadas por entre as trilhas da floresta que os guias transmitem as histórias e os costumes da comunidade. Além disso, durante o preparo das refeições, os cozinheiros do restaurante compartilham com os turistas algumas dicas de cultivo dos insumos coletados na área, como a jaca, o chuchu e a cana de açúcar.

Após algumas conversas iniciais com moradores houve a organização da comunidade para reunir títulos de propriedade e documentos que pudessem comprovar a propriedade do solo. Ademais a comunidade buscou uma estratégia para refutar a alegação que a favela representava risco ambiental. Assim houve mobilização para implantação de um biodigestor de restos alimentares para ser usado no recém-inaugurado restaurante da associação de moradores.

Paralelamente, foi iniciada a construção de um biossistema para tratamento de esgoto. Essa primeira experiência sustentável garantiu o tratamento de esgoto de algumas poucas casas da comunidade e o aproveitamento do biogás resultante do processo no preparo de pratos típicos no restaurante a associação de moradores.

Atualmente, o projeto é composto pelo biodigestor, por um sistema de coleta de água na floresta e por um biossistema de saneamento bem mais sofisticado que, desde maio de 2022, converge e trata o esgoto de quase todas as residências da favela, sendo coletado e direcionado a um tanque de concreto, onde é submetido a processos naturais para a limpeza da água.

Nesse sentido, nosso objetivo geral é evidenciar a potencialidade de projetos comunitários de inovação social no que diz respeito ao seu potencial de romper com essa dominação, como elemento mitigador do risco de remoção, como elemento de superação da estigmatização sofrida pelos moradores da favela Vale Encantado e como alternativa possível para melhoria nas condições de moradia e cidadania a partir da promoção do direito à cidade.

Para tanto, se faz necessário aprofundarmos a discussão sobre o conceito de Inovação, que tem sido amplamente utilizado e, em muitos contextos, também banalizado e vulgarizado, especialmente no discurso empresarial, governamental e até mesmo acadêmico. Essa banalização ocorre quando o conceito é empregado de forma genérica, sem o devido rigor teórico ou desvinculado de sua dimensão transformadora.

A banalização do termo inovação pode ser observada em diferentes contextos, especialmente quando é empregado de forma genérica ou meramente retórica. Um dos exemplos mais recorrentes é o uso da palavra em campanhas publicitárias e discursos institucionais, onde inovador se torna um adjetivo vazio, aplicado a produtos, serviços ou propostas que, na prática, pouco ou nada alteram as estruturas existentes.

Além disso, é comum a associação quase exclusiva da inovação ao campo tecnológico, o que reduz sua complexidade e ignora outras dimensões igualmente relevantes. Essa limitação enfraquece o potencial transformador do conceito, pois desconsidera práticas que não envolvem tecnologia, mas que promovem mudanças profundas na vida cotidiana e nas relações sociais.

Por fim, observa-se também a desvinculação da inovação de objetivos coletivos ou sociais mais amplos. Em muitos casos, a inovação é apresentada como um fim em si mesmo, sem qualquer compromisso com a justiça social, a inclusão ou a equidade, perdendo assim sua potência como ferramenta de transformação crítica.

Diversos autores que trabalham com inovação têm alertado para esse esvaziamento conceitual, Moulaert et al. (2013) destacam a necessidade de recuperar a dimensão crítica da inovação, voltada à transformação de estruturas sociais desiguais; Hillier et al. (2009) apontam que, quando a inovação é apropriada por discursos hegemônicos, ela pode ser usada como instrumento de legitimação de políticas excludentes. Tunes e Lencioni (2022) destacam uma certa vulgarização do termo e sua redução a uma mera palavra.

Tradicionalmente, a inovação é amplamente associada à teoria econômica clássica, sobretudo à contribuição de Joseph Schumpeter, em seu livro *A teoria do desenvolvimento econômico*, de 1934. O autor conceitua a inovação como motor chamado destruição criadora, responsável por dinamizar os ciclos econômicos por meio da introdução de novos produtos, processos e formas de organização. Essa perspectiva, centrada no papel do empreendedor e

fortemente vinculada à competitividade capitalista, ainda orienta grande parte das políticas públicas e dos estudos sobre inovação.

Contudo, diversos autores passaram a criticar a redução do conceito de inovação à esfera tecnológica e mercadológica. Harvey (2016), por exemplo, demonstra como a ideia de inovação foi transformada em uma cultura capitalista da inovação, focada na ampliação do campo empresarial que a inovação permitiu, muitas vezes apenas reiterando processos existentes que não necessariamente são inovadores.

No campo das políticas públicas, autores como Brugué, Blanco e Boada (2014) e Parés e Martí-Costa (2019) propõem uma leitura da inovação centrada na governança democrática e na experimentação institucional. Em que, inovar significa romper com práticas burocráticas tradicionais, abrindo espaço para processos de coprodução de políticas, participação cidadã qualificada e articulação entre diferentes setores e escalas de governo. Essas experiências demonstram que a inovação não se limita a resultados, mas inclui os próprios meios e formas de conceber e implementar políticas públicas.

Outra vertente relevante trata da produção social da inovação, na qual autores como Ferrão (2023) e Cruz e Blanco (2017) destacam o papel do conhecimento colaborativo, da valorização dos saberes locais e das práticas políticas emancipatórias. Essa abordagem, propõe uma ruptura com visões hierárquicas do saber e reconhece que contextos populares e periféricos também são espaços legítimos de produção de inovação.

Na presente pesquisa abordaremos a inovação em sua concepção social, com foco na transformação de contextos marcados por vulnerabilidade social, exclusão e ausência de políticas públicas efetivas. Frank Moulaert aborda a inovação social como um processo coletivo e colaborativo, orientado à criação de soluções para problemas concretos não resolvidos pelo mercado ou pelo Estado. Nessa perspectiva, que iremos privilegiar em nossa investigação, a inovação está diretamente ligada à reorganização das relações de poder, ao empoderamento de grupos sociais marginalizados e à experimentação de novos arranjos institucionais e territoriais. Hillier et al. (2009) e Oosterlynck et al. (2013) ampliam esse entendimento ao articular inovação social com planejamento urbano, desenvolvimento territorial e justiça espacial.

Dessa forma, acreditamos na potencialidade da inovação social como fator propulsor de transformações, de um outro devir, posto que a inovação social emancipatória consiste na ruptura na maneira de fazer, um elemento inovador em um contexto dado. Ela representa uma descontinuidade com relação às soluções habitualmente oferecidas, que atendem aos interesses das classes hegemônicas em detrimento das classes menos abastadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de ecoturismo de base comunitária, desenvolvido na favela Vale Encantado, oferece uma abordagem sustentável que valoriza e preserva a cultura local, enquanto proporciona benefícios econômicos. Ademais, o projeto enfatiza a importância da conservação ambiental e do patrimônio cultural, ao destacar a relação intrínseca entre a cultura local e o ambiente natural, promovendo uma abordagem holística que valoriza tanto a biodiversidade quanto a diversidade cultural. Isso contrasta com práticas que visam apenas a exploração de recursos sem considerar os impactos culturais e ambientais.

Paralelamente, a organização dos moradores em cooperativa permitiu a busca por títulos de propriedade e documentos antigos que pudessem ser utilizados contra o processo de remoção e contra o estigma de degradadores ambientais. Assim, houve mobilização para implantação de um biodigestor de restos alimentares para ser usado no recém-inaugurado restaurante da associação de moradores.

Atualmente, o projeto é composto pelo biodigestor, por um sistema de coleta de água na floresta e por um biossistema de saneamento que converge e trata o esgoto de quase todas as residências da favela, sendo coletado e direcionado a um tanque de concreto, onde é submetido a processos naturais para a limpeza da água.

Segundo informações do presidente da AMVE, alguns moradores conseguiram comprovar títulos de propriedade, enquanto outros seguem reunindo documentações. O processo segue em andamento na justiça, mantendo a possibilidade de remoção como uma possibilidade real. Os projetos desenvolvidos garantiram novas entradas de recursos bem como a notoriedade pelo desenvolvimento de um projeto pioneiro de tratamento de esgoto no município do Rio de Janeiro.

Apesar das particularidades e especificidades do local e de uma aparente relação de integração, o processo de produção do espaço no Vale Encantado revela conflitos e contradições evidenciados na relação de poder e de dominação das classes hegemônicas em relação aos moradores da favela. Neste sentido o espaço produzido reproduz estas relações sociais materializando contrastes e denotando a homogeneização, a fragmentação e a hierarquização espacial. O espaço se tornou instrumentalizado e reflete a relação de poder entre os ricos e os pobres, com os antigos trabalhadores das atividades falidas desempenhando funções secundárias na hierarquia social.

Acreditamos que exista uma boa convivência entre os moradores do Vale Encantado. No entanto, é evidente a situação de subserviência dos moradores da favela em relação aos

habitantes dos condomínios, como também é evidente o poder político e de controle da situação por parte desses moradores mais abastados. Neste sentido, concordamos com Lefebvre para quem “a classe operária e o proletariado, apreendidos pelas contradições oriundas do tempo, da história e de sua própria história, também se encontram submetidos às contradições do espaço” (2020, p.155)

Assim, acreditamos que a construção do possível virtual, que rompe com as barreiras do previsível, deve partir de uma análise crítica da realidade, despida de ideologias que normalizam a desigualdade e de dicotomias que fracionam o espaço e a sociedade. As favelas são partes indissociáveis do espaço urbano carioca, e compõem, com as demais formas, uma trama urbana extremamente complexa. Advogamos que o possível virtual seja viável por meio da redução da desigualdade e produção de espaços mais justos, integrados e democráticos, para todos.

Assim, as experiências de inovação social praticadas pela comunidade da favela Vale Encantado representam uma ruptura na tendência de precarização dos espaços favelizados e mitigam a hierarquização imposta pelo sistema de classes sociais. Além disso, comprovamos que a práticas cotidianas valorizam a cultura local e as tradições da comunidade, contribuindo para a sustentabilidade cultural da favela.

A presença das favelas atesta a anuência por parte do poder público, que ao reconhecer sua existência e não buscar sua integração à cidade, também se exime da busca por um planejamento habitacional igualitário. Além do mais, as classes hegemônicas, formadoras de opinião e ideologias, normalizam a presença de favelas e de suas comunidades por meio da reprodução de uma cultura elitista e segregadora, que valoriza a divisão de classes, a manutenção do *status quo* e a proximidade da força de trabalho barata.

Nesse sentido, a prática de um projeto social emancipatório pode resultar em mudanças significativas na produção do espaço, se aproximando do possível virtual a partir de ações contra hegemônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade da Favela Vale Encantado desenvolveu estratégias para resistir à estagnação econômica e à ameaça de remoção por meio da inovação social, entendida aqui como um processo coletivo que combina saberes tradicionais, tecnologias apropriadas e formas autônomas e horizontalizadas de gestão.

O turismo de base comunitária, organizado pela associação de moradores, tornou-se um instrumento de visibilidade e geração de renda, ao mesmo tempo em que reforça vínculos de pertencimento. Os sistemas de tratamento de esgoto e produção de gás, bem como as iniciativas de preservação ambiental, funcionam como dispositivos técnicos e políticos que produzem uma lógica territorial alternativa, desafiando o discurso dominante que associa a favela à degradação ambiental.

A pesquisa evidencia que a Favela Vale Encantado representa um caso exemplar de resistência territorial ancorada em práticas inovadoras que articulam sustentabilidade, justiça social e direito à cidade. A favela, frequentemente invisibilizada ou estigmatizada, mostra-se como espaço de criação e resistência, onde iniciativas de inovação social emergem não como retórica, mas como prática concreta de enfrentamento à lógica hegemônica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

BARROS, O. A.; MELO, M. E. Do mito à realidade: a experiência de turismo sustentável na comunidade do Vale Encantado, Floresta de Tijuca, Rio de Janeiro, Brasil. *Field Actions Science Reports*, ed. especial, n. 3, p. 1-5, 2011.

BENTES, Marcelo Monroy. *Produção do espaço e favelização no Rio de Janeiro, RJ: existe um lugar no Alto da Boa Vista*. 2022. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

BRUGUÉ, Quim; BLANCO, Ismael; BOADA, Joan. *Innovating democracy in public policies: democratic innovations and participatory governance*. *International Review of Administrative Sciences*, v. 80, n. 1, p. 2–20, 2014.

CRUZ, Helena; BLANCO, Ismael. *Social innovation and political empowerment in disadvantaged urban areas: what role for participatory governance?* In: NOVY, Andreas; COELHO, Vera Schattan; SCHMIDT, Leubolt. *Social innovation and sustainable cities*. London: Routledge, 2017. p. 135–156

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-99, 2007.

FERRÃO, João. Animar localmente prefigurações de futuros desejados: da inovação social à transformação societal. In: *Entre Urgências e Utopia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024.

FERRÃO, João. *Inovação social e o território: cinco reflexões e duas propostas*. In: ESTEVES, António (org.). *Territórios de Inovação Social em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2023.

HARVEY, David. *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.

HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte, Editora. da UFMG, 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1994.

LENCIONI, Sandra; TUNES, Regina. A questão da inovação. In: RIBEIRO, L. C. D. Q. *Reforma urbana e direito à cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 426–445.

MOULAERT, Frank; MACCALLUM, Diana; HILLIER, Jean; VICARI, Serena. *The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

OOSTERLYNCK, Stijn et al. The role of knowledge in social innovation: how do marginalised communities make sense of social innovation? In: MOULAERT, Frank et al. *The international handbook on social innovation*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013. p. 170–183.

PARÉS, Marc; MARTÍ-COSTA, Mònica. *Democratic innovation and local governance: an approach to innovation from a multi-level perspective*. Urban Affairs Review, v. 55, n. 5, p. 1385–1414, 2019.

PARES, M.; OSPINA, S. M.; SUBIRAT, S. J. Social innovation and relational leadership: opening up new perspectives on social change. In: PARES, M.; OSPINA, S. M.; SUBIRATS, J. (ed.). *Social innovation and democratic leadership: communities and social change from below*. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 2017. p. 1-26.

TUNES, Regina Helena. *Geografia da Inovação: Território e Inovação no Brasil no Século XXI*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.